



## PARECER Nº 41 , DE 2020

De PLENÁRIO, sobre o Projeto de Lei nº 890, de 2020, do Senador Randolfe Rodrigues, que *altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, para incluir na cobertura de seguros de vida óbitos decorrentes de epidemias ou pandemias, ainda que declaradas por autoridades competentes*, e o Projeto de Lei nº 2.113, de 2020, da Senadora Mara Gabrilli, que *altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para determinar que o seguro de assistência médica ou hospitalar, bem como o seguro de vida ou de invalidez permanente, não poderá conter restrição de cobertura a qualquer doença ou lesão decorrente da emergência de saúde pública de que trata a Lei*.

Relatora: Senadora **LEILA BARROS**

### I – RELATÓRIO

Submete-se à apreciação do Plenário o Projeto de Lei (PL) nº 890, de 2020, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que tem por objetivo incluir na cobertura de seguro de vida os óbitos decorrentes de epidemias ou pandemias, ainda que declaradas por autoridades competentes.

Para tanto, o projeto acrescenta à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), o art. 798-A, prevendo que o segurador não pode eximir-se ao pagamento do seguro, ainda que da apólice conste a restrição, se a morte ou a incapacidade do segurado provier da infecção por epidemias ou pandemias, ainda que declaradas por órgão competente.





O art. 2º do projeto, cláusula de vigência, determina que a lei decorrente do projeto entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação do projeto, seu autor argumenta que “mesmo com essa dramática crise sanitária a nível mundial, que coloca em verdadeiro risco a vida de milhares de seres humanos, as pessoas também se encontram sujeitas a um incabível risco patrimonial”.

No Senado Federal, em razão da urgência imposta pela pandemia de Covid-19, a matéria foi encaminhada diretamente para a apreciação do Plenário.

Foram apresentadas vinte e uma Emendas.

A Emenda nº 1, da Senadora Rose de Freitas, acrescenta parágrafo único ao art. 798-A da Lei nº 10.406, de 2002, para estabelecer que o disposto no *caput* não poderá resultar no aumento do preço do prêmio pago pelo segurado.

A Emenda nº 2, do Senador Styvenson Valentim, acrescenta parágrafo único ao art. 798-A da Lei nº 10.406, de 2002, para determinar que as apólices em vigor poderão ser aditadas, no interesse do segurado, com o pagamento de prêmio justo e proporcional.

A Emenda nº 3, do Senador Paulo Paim, estabelece que as disposições previstas no *caput* serão consideradas como risco coberto para todos os efeitos, inclusive de ordem ressecutária.

A Emenda nº 4, do Senador Paulo Paim, determina que a SUSEP disciplinará a aplicação da Lei, fixando prazo não superior a sessenta dias para pagamento da indenização.

A Emenda nº 5, do Senador Paulo Paim, prescreve que se aplica o disposto na Lei aos sinistros ocorridos a partir de 1º de fevereiro de 2020, no caso de morte ou incapacidade causados pela infecção pelo vírus Sars-Cov-19.





A Emenda nº 6, do Senador Paulo Paim, objetiva corrigir defeitos formais do texto do projeto de lei.

A Emenda nº 7, do Senador Eduardo Girão, tem por objetivo garantir o pagamento do seguro quando o beneficiário for o responsável pelo sustento do núcleo familiar.

A Emenda nº 8, do Senador Jaques Wagner, estabelece que o pagamento de seguro de vida em razão de óbito, decorrente de infecção humana causada pelo coronavírus Sars-Cov-2, ocorrerá em prazo não superior a quinze dias após o recebimento do aviso de sinistro pela seguradora.

A Emenda nº 9, da Senadora Rose de Freitas, determina que o pagamento da indenização ocorrerá no prazo de dez dias após o recebimento do aviso de sinistro pela seguradora.

A Emenda nº 10, da Senadora Rose de Freitas, prescreve que o segurador deve pagar a indenização no caso de morte ou incapacidade ocasionada pela infecção do segurado pela Covid-19.

A Emenda nº 11, do Senador Carlos Fávaro, pretende acrescentar três artigos ao projeto de lei. O primeiro proíbe a suspensão ou cancelamento dos contratos, por falta de pagamento, pela operadora do plano de saúde e seguro de vida, durante o período de calamidade pública decretado pelo Poder Executivo. O segundo prescreve que após o fim do período de calamidade pública a operadora do plano de saúde ou seguradora do seguro de vida, antes de proceder a suspensão e/ou o cancelamento do contrato em razão da inadimplência anterior a março de 2020, deverá possibilitar o parcelamento do débito pelo consumidor. O terceiro determina que, nos casos de seguro de vida, o segurador fica autorizado a abater do prêmio ao segurado os valores em atraso, em caso de morte causada pela Covid-19.

A Emenda nº 12, do Senador Marcos do Val, também dispõe sobre o prazo para pagamento das indenizações sugerindo que ocorram no prazo de cinco dias após o recebimento do aviso de sinistro pela seguradora.





A Emenda nº 13, do Senador Fabiano Contarato, pretende assegurar que todas as vítimas da Covid-19 estejam asseguradas e, para tanto, sugere alteração da cláusula de vigência para retroagir a data inicial do estado de calamidade previsto no Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

A Emenda nº 14, do Senador Rogério Carvalho, propõe explicitar que não terá eficácia, por absoluta nulidade, cláusula que imponha restrições ao pagamento do seguro contratado, nos casos de infecção em epidemias ou pandemias.

A Emenda nº 15, do Senador Rogério Carvalho, explicita que a alteração legal atingirá os contratos de seguro que já estejam firmados no momento da entrada em vigor do dispositivo acrescido ao Código Civil, impedindo que haja restrição ao pagamento dos benefícios no caso de infecção contraída durante a pandemia de Covid-19.

A Emenda nº 16, do Senador Rodrigo Cunha, tem por objetivo impedir o aumento do preço pago pelo segurado no caso de cobertura referente a morte ou incapacidade dele, proveniente de infecção por epidemia ou pandemia, ainda que declarada por órgão competente.

A Emenda nº 17, do Senador Rodrigo Cunha, prevê a possibilidade de suspensão temporária do pagamento das obrigações do consumidor com contratos de seguro, previdenciários e planos privados de assistência à saúde.

A Emenda nº 18, do Senador Weverton, determina que as operadoras de saúde não poderão se eximir de prestar atendimento e tratamento necessários, neles inclusos testes diagnósticos, traslados rodoviários, marítimos ou aéreos, aos segurados porventura acometidos de doenças provenientes de epidemias e/ou pandemias pelo tempo necessário à recuperação, independentemente do cumprimento do prazo de carência.

A Emenda nº 19, da Senadora Kátia Abreu, pretende garantir o pagamento do seguro ao beneficiário, mesmo quando na apólice do seguro conste cláusula de carência, caso o sinistro seja proveniente de infecção por





epidemia ou pandemia, ainda que declarada por órgão competente, como prevê a presente proposição.

A Emenda nº 20, do Senador Wellington Fagundes, que não permite que o segurador se exima do pagamento do seguro, ainda que da apólice conste a restrição, se a morte ou a incapacidade do segurado provier da infecção por epidemias ou pandemias, ou de comorbidades ou patologias a elas associadas, ainda que declaradas por órgão competente.

A Emenda nº 21, do Senador José Serra, pretende garantir o equilíbrio atuarial e financeiro de seguradoras e resseguradoras admitindo a redução ou parcelamento do pecúlio, provisório ou não, mediante regulação do órgão competente, até que se compreenda plenamente o perfil de risco de cada evento de Epidemia ou Pandemia e seus efeitos sobre este mercado.

Foi apensado ao PL nº 890, de 2020, e, portanto, também é objeto deste relatório, o Projeto de Lei nº 2.113, de 2020, de autoria da Senadora Mara Gabrilli, que tem por finalidade determinar que o seguro de assistência médica ou hospitalar, bem como o seguro de vida ou de invalidez permanente, não poderá conter restrição de cobertura a qualquer doença ou lesão decorrente da emergência de saúde pública de que trata a Lei.

O art. 1º do projeto de lei acrescenta o art. 6º-E à Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro 2020, prevendo que o seguro de assistência médica ou hospitalar, bem como o seguro de vida ou de invalidez permanente, não poderá conter restrição de cobertura a qualquer doença ou lesão decorrente da emergência de saúde pública de que trata a Lei.

O art. 2º, cláusula de vigência, determina que a lei decorrente do projeto entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificção, a autora afirma que “o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional responsável pelo surto do Coronavírus requer medidas que impliquem solidariedade social, inclusive no âmbito do caráter garantidor do contrato de seguro”.





Em razão da urgência imposta pela pandemia de Covid-19, a matéria foi encaminhada diretamente para a apreciação do Plenário do Senado Federal.

Não foram apresentadas Emendas ao PL nº 2.113, de 2020.

## II – ANÁLISE

O Projeto de Lei nº 890, de 2020, e o Projeto de Lei nº 2.113, de 2020, serão apreciados pelo Plenário, nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 7, de 2020, que institui o Sistema de Deliberação Remota do Senado Federal.

No que tange aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, não vislumbramos óbices ou inconformidades que impeçam a aprovação das matérias.

Quanto ao mérito, as proposições legislativas merecem ser aprovadas na forma da emenda substitutiva ao final apresentada.

Compete à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), na qualidade de executora da política traçada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), como órgão fiscalizador da constituição, da organização, do funcionamento e das operações das sociedades seguradoras, baixar as instruções e expedir circulares relativas à regulamentação das operações de seguro, de acordo com as diretrizes do CNSP, na forma do art. 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

Com base no dispositivo citado, a SUSEP emitiu a Circular nº 440, de 27 de junho de 2012, que *estabelece parâmetros obrigatórios para planos de microsseguro, dispõe sobre as suas formas de contratação, inclusive com a utilização de meios remotos, e dá outras providências*, permitindo a exclusão da cobertura do risco em caso de epidemia ou pandemia declarada por órgão competente.

Na situação atual, temos notícias de que várias seguradoras declararam que irão realizar, em caso de morte ou invalidez permanente do segurado por infecção de Covid-19, o pagamento integral das indenizações





aos beneficiários cobertos pela apólice de seguro. Ainda assim, concordamos com a necessidade desse procedimento estar previsto em lei para que seja vedada a possibilidade de exclusão da cobertura do risco em virtude de pandemia em curso. Ademais, a previsão legislativa evita a judicialização da matéria, que poderia levar longos anos para que o beneficiário pudesse ter uma resposta estatal.

O projeto, portanto, longe de ser uma intromissão indevida em relações privadas, ou representar ofensa a atos jurídicos perfeitos, apenas estabelece, de maneira clara, uma norma de ordem pública que já estava implícita nos princípios da boa fé e da defesa do consumidor. Ademais, quando entrar em vigência, ao menos durante a pandemia, revogará as normas de Susep que dispuserem em contrário.

O PL nº 890, de 2020, na forma em que está redigido, não assegura o pagamento dos prêmios de seguro de vida às vítimas da Covid-19 e poderá implicar num aumento expressivo no valor das apólices de seguro de vida no país. A assunção pelas seguradoras deste nível de incerteza pode trazer dificuldades ao mercado brasileiro de seguros de vida, pela impossibilidade de realizar de forma determinada o cálculo atuarial necessário para calibrar e equilibrar as receitas e as despesas presentes no setor. Além disso, a regra atual permite que o segurado escolha livremente se quer incluir ou não na sua cobertura o risco de doença pandêmica.

Neste contexto, entendemos que a obrigação de realizar o pagamento das indenizações aos beneficiários, independentemente da existência de cláusula que a exclui, deve ser restrita à atual pandemia de Coronavírus. Trata-se de situação transitória que não deve resultar no aumento do preço do prêmio do seguro de forma permanente, uma vez que a medida não alcança futuras pandemias ou epidemias que podem, infelizmente, ser ainda mais graves do que a atual.

O Senado Federal vem tomando medidas eficazes e excepcionais no enfrentamento da pandemia de Coronavírus, visando o bem-estar da população nesse momento de crise. No caso dos projetos em análise, parece-nos razoável adotarmos o mesmo procedimento. Ao invés de modificar a legislação de regência do mercado de seguro de forma permanente, conforme propõe o PL 890, é melhor tratar do assunto de forma







pontual, com foco nas vítimas da Covid-19. Consideramos importante, no entanto, o Senado Federal retomar, após o término da atual pandemia, a discussão de regras perenes.

Em relação ao prazo assinalado para o pagamento das indenizações, é importante destacar que a Circular nº 440, de 2012, citada anteriormente, no *caput* do art. 63, prevê que o prazo máximo para o pagamento da indenização ou do benefício é de dez dias corridos contados a partir da data de protocolo de entrega da documentação comprobatória, requerida nos documentos contratuais, junto à sociedade seguradora ou entidade aberta de previdência complementar ou seu representante. Dessa forma, simplesmente reproduzimos no Substitutivo apresentado ao final o prazo de dez dias para o pagamento da indenização.

Quanto às Emendas, temos as seguintes considerações.

As Emendas 1 e 16 estão sendo acatadas, haja vista que a aprovação do projeto de lei não poderá resultar no aumento do preço do prêmio pago pelo segurado, em virtude da obrigatoriedade de pagamento da indenização no caso de epidemia.

A Emenda nº 2 está sendo rejeitada na prática, porém sua finalidade acaba contemplada na medida em que a indenização será assegurada sem a necessidade de aditamento do contrato.

A Emenda nº 3 não deve prosperar, visto que a obrigatoriedade de pagamento da indenização independe de regra ressecutória.

As Emendas 4, 8, 9 e 12 estão sendo atendidas, tendo em vista que o prazo assinalado no Substitutivo é de dez dias corridos para pagamento da indenização, prazo intermediário ao pretendido nas emendas.

As Emendas 5, 10, 13 e 15 também são contempladas no Substitutivo, que abrange a atual pandemia de Coronavírus, sem a necessidade de estabelecer data de início da ocorrência dos sinistros.

A Emenda nº 6 perdeu seu objeto, visto que a Emenda Substitutiva apresentada abrange somente a atual pandemia de Coronavírus.







A Emenda nº 7 merece ser rejeitada porque o seguro de vida não se limita somente a garantir o pagamento do seguro quando o beneficiário for o responsável pelo sustento do núcleo familiar.

A Emenda nº 11 merece ser parcialmente acatada porque, ao contemplar os casos de inadimplemento durante o período de calamidade pública, complementa o objetivo do projeto de lei de obrigar o pagamento da indenização decorrente de doença objeto da atual crise pandêmica.

As Emendas 14, 19 e 20 são atendidas parcialmente no Substitutivo, que veda restrição de cobertura a qualquer doença ou lesão decorrente da Covid-19.

A Emenda nº 17 está parcialmente atendida, na medida em que o substitutivo, apesar de não suspender os pagamentos das obrigações do consumidor com contratos de seguro, previdenciários e planos privados de assistência à saúde, garante a manutenção da cobertura e o parcelamento do débito pelo consumidor após o fim do período de calamidade pública.

A Emenda nº 18 está acatada no substitutivo, que inclui as operadoras de saúde.

A Emenda nº 21 não pode ser acatada, pois não estamos promovendo alterações perenes no Código Civil em relação ao mercado de seguros nacional, mas, optando por tratar exclusivamente deste momento da pandemia do novo Coronavírus.

Por fim, vale ressaltar que de acordo com os arts. 258 e 260, II, b do RISF, na tramitação em conjunto, terá precedência o projeto mais antigo sobre o mais recente, quando originários da mesma Casa. Entretanto, contando com a concordância e apoio do Senador Randolfe Rodrigues, autor do PL 890, a quem saúdo pelo desprendimento e grandeza, optamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.113, de 2020, para prestar uma justa homenagem à Senadora Mara Gabrilli, que tanto honra a bancada feminina na Casa, no momento em que ela própria enfrenta a Covid-19.





### III – VOTO

Pelo exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa, e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.113, de 2020, pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 890, de 2020, pela aprovação total ou parcial das Emendas 1, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20 e pela rejeição das Emendas 2, 3, 6, 7 e 21, na forma do seguinte substitutivo:

#### EMENDA Nº 1 - PLENÁRIO (SUBSTITUTIVO)

#### PROJETO DE LEI Nº 2.113, DE 2020

Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para determinar que o seguro de assistência médica ou hospitalar, bem como o seguro de vida ou de invalidez permanente, inclusive o já celebrado, não pode conter restrição de cobertura a qualquer doença ou lesão decorrente da emergência de saúde pública de que trata a Lei.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro 2020, passa a vigorar acrescida do art. 6º-E, com a seguinte redação:

“**Art. 6º-E.** O seguro de assistência médica ou hospitalar, bem como o seguro de vida ou de invalidez permanente, inclusive o já celebrado, não poderá conter restrição de cobertura a qualquer doença ou lesão decorrente da emergência de saúde pública de que trata esta Lei.

§ 1º O disposto no *caput* não poderá resultar no aumento do preço do prêmio pago pelo segurado.

§ 2º O prazo máximo para o pagamento da indenização é de dez dias corridos contados a partir da data de protocolo de entrega





da documentação comprobatória, requerida nos documentos contratuais, na sociedade seguradora.

§ 3º É vedado a operadora do plano de saúde e seguro de vida a suspensão e/ou o cancelamento dos contratos por falta de pagamento durante a emergência de saúde pública de que trata esta Lei.

§ 4º Após o fim do período de calamidade pública decretado pelo Poder Executivo, a operadora do plano de saúde ou seguradora do seguro de vida, antes de proceder a suspensão e/ou o cancelamento do contrato em razão da inadimplência deverá possibilitar o parcelamento do débito pelo consumidor.”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relatora

